

Relatório da Administração - Exercício de 2024

Senhores Diretores e Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias da CNP Capitalização S.A. ("Companhia"), relativas ao final do ano de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias e com o relatório dos auditores independentes.
O lucro líquido da Companhia, atingiu R\$ 38,4 milhões, propiciando assim uma expressiva rentabilidade sobre patrimônio líquido médio de 11,6%. A receita com arrecadação de títulos de capitalização encerrou o ano de 2024 em R\$ 284,4 milhões, ficando 51% inferior ao valor registrado em junho de 2023, em razão do encerramento das atividades comerciais junto ao balcão CEF em 2021.
O resultado financeiro encerrou o ano de 2024 no patamar de R\$ 159 milhões e os ativos financeiros da Companhia de R\$ 2.332 milhões, ambos indicadores apresentaram decréscimo também em função do encerramento das atividades comerciais no balcão CEF. O patrimônio líquido da Companhia no final do ano de 2024 atingiu o patamar de R\$ 267,4 milhões.
A Companhia continua sendo um dos pilares da estratégia de desenvolvimento do modelo de multiparcerias, em alinhamento com as diretrizes estratégicas da CNP Assurances para a expansão das operações no Brasil.
Atualmente a Companhia distribui títulos de Capitalização na rede dos Correios por meio de parceria não exclusiva e segue com a expansão de novas oportunidades de distribuição como o acordo comercial com o BRB, conforme detalhado abaixo.

Reestruturação Societária
Em 27/01/2023 a CNP Assurances concluiu a aquisição da participação da Caixa Seguridade na CNP Participações em Seguros Ltda. "Nova Holding SUSEP", elevando de forma indireta sua participação para 51% na CNP Capitalização. Em 30/01/2023, a CNP Assurances concluiu a aquisição da participação de 49% remanescente da ICATU Seguros S.A na CNP Capitalização, tendo suas ações transferidas para Nova Holding SUSEP, que passou a deter a integralidade da participação societária na CNP Capitalização. Esta transação foi parte de um acordo global, celebrado entre os acionistas em 13/09/2022 por meio da assinatura de contrato de compra e venda de participações societária entre as partes e está alinhada às orientações estratégicas da CNP Assurances no desenvolvimento estratégico da atividade de seguridade no Brasil.
Negócios sociais e principais impactos internos e externos na Companhia
Em 17 de janeiro de 2025 a CNP Capitalização iniciou as operações de distribuição de produtos de capitalização com o BRB - Banco de Brasília fruto de acordo comercial de aquisição da exclusividade de distribuição neste balcão pelo período de 20 anos.
A parceria com o BRB é mais um passo fundamental do projeto de expansão das operações CNP Assurances no Brasil, visando oferecer ao mercado produtos de qualidade e que contribuam para o planejamento financeiro de nossos clientes.

Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.
Considerações Finais e Agradecimentos
A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura.
Por fim, reconhecemos os colaboradores que trabalharam com dedicação exclusiva para a finalização desse importante negócio para a reestruturação societária do Grupo no Brasil. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

Brasília, 27 de fevereiro de 2025.
A Administração

Balanco Patrimonial
(Em milhares de reais)

	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE		766.893	768.840
Disponível		559	2.835
Caixa e bancos		559	2.835
Aplicações	5	739.075	760.210
Créditos das operações de Capitalização		2.657	1.105
Créditos das operações de Capitalização	6.1	2.657	1.105
Títulos e créditos a receber		24.270	3.294
Títulos e créditos a receber	6.1	21.468	2.468
Créditos tributários e previdenciários	6.2	2.673	698
Outros créditos		129	128
Outros valores e bens		151	151
Outros valores		151	151
Despesas antecipadas		124	167
Custos de aquisição diferidos	7	208	1.078
Capitalização		208	1.078
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.565.200	2.033.400
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.524.616	2.032.236
Aplicações	5	1.232.320	1.789.747
Títulos e créditos a receber		291.806	236.981
Créditos tributários e previdenciários	6.2	68.593	25.397
Depósitos judiciais e fiscais	12	223.213	211.584
Custos de aquisição diferidos	7	490	5.508
Capitalização		490	5.508
Investimentos		4	4
Outros investimentos		4	4
Imobilizado		5	8
Bens móveis		5	8
Intangível	8	40.575	1.152
Outros intangíveis		40.575	1.152
TOTAL DO ATIVO		2.332.093	2.802.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.864.891	2.227.649
PASSIVO CIRCULANTE		76.428	120.304
Contas a pagar		76.428	120.304
Obrigações a pagar	9.1	41.388	68.543
Impostos e encargos sociais a recolher		560	691
Encargos trabalhistas		91	172
Impostos e contribuições	9.2	13.149	45.821
Outras contas a pagar	9.3	21.240	5.077
Débitos de operações com capitalização	9.4	11.342	11.128
Débitos operacionais		11.342	11.128
Depósitos de terceiros	10	3.773	411
Provisões técnicas - Capitalização	12	1.773.348	2.095.806
Provisão para resgates		1.729.115	2.060.147
Provisão para sorteios		23.191	20.385
Provisão administrativa		—	15.274
Provisão de receita diferida	12.1.1	21.042	—
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		199.782	180.405
Outros débitos		199.782	180.405
Provisões judiciais	11	189.730	180.210
Débitos diversos		10.052	195
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		267.420	394.186
Capital social	13.1	210.000	210.000
Reserva de lucros	13.3	109.648	176.800
Ajuste de avaliação patrimonial		(52.228)	7.386
TOTAL DO PASSIVO		2.332.093	2.802.240

Demonstração do Resultado do Exercício
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Receita com títulos de capitalização		284.411	558.403
Contribuição com títulos de capitalização		287.896	557.600
Contribuição - Quotas de Capitalização e Sorteio	16.1	279.006	542.707
Contribuição - Quotas de Carregamento	16.1	8.890	14.893
Variação da provisão para receita diferida	16.2	(3.485)	803
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(268.371)	(526.372)
Variação da provisão de resgates		(14.583)	(16.001)
Custos de aquisição	16.3	(11.267)	(18.907)
Outras receitas e despesas operacionais	16.4	25.795	36.292
Outras receitas operacionais		38.718	45.061
Outras despesas operacionais		(12.923)	(8.769)
Despesas administrativas	16.5	(96.629)	(46.838)
Pessoal próprio		(35.461)	(20.167)
Serviços de terceiros		(40.481)	(11.633)
Localização e funcionamento		(10.456)	(7.344)
Publicidade e propaganda		(8.075)	(6.929)
Publicações		(172)	(234)
Donativos e contribuições		(108)	(139)
Despesas administrativas diversas		(1.876)	(392)
Despesas com tributos	16.6	(3.952)	(4.488)
Resultado financeiro	16.7	158.580	196.534
Receitas financeiras		239.810	405.713
Despesas financeiras		(81.230)	(209.179)
Resultado operacional		73.984	178.623
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	16.8	(7.017)	4
Resultado antes dos impostos e participações		66.967	178.627
Imposto de renda	17	(14.159)	(43.180)
Contribuição social	17	(8.520)	(26.451)
Participações sobre o lucro		(5.964)	(3.443)
Lucro líquido do exercício		38.324	105.553
Quantidade de ações		8.000	8.000
Lucro líquido por lote de mil ações em reais		4.791	13.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Líquido
(Em milhares de reais)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	210.000	42.000	41.726	(26.579)	—	267.147
Reversão de dividendos complementares: AGOE de 31.03.2023	—	—	13.909	—	—	13.909
Ajustes com títulos e valores mobiliários	—	—	—	33.965	—	33.965
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	105.553	105.553
Proposta de destinação do resultado						
Reserva de lucros	—	—	79.165	—	(79.165)	—
Dividendos (R\$ 3.298,54 por ação)	—	—	—	—	(26.388)	(26.388)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	210.000	42.000	134.800	7.386	—	394.186
Constituição de dividendos complementares: AGOE de 25/01/2024	—	—	(93.612)	—	—	(93.612)
Reversão da Provisão de Despesas Administrativas conforme circular 678/22 (Nota 12.1.1)	—	—	15.274	—	—	15.274
Constituição da Provisão de Receitas Diferidas conforme circular 678/22 (Nota 12.1.1)	—	—	(17.558)	—	—	(17.558)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	—	—	—	(59.614)	—	(59.614)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	38.324	38.324
Proposta de destinação do resultado						
Reserva de lucros	—	—	28.744	—	(28.744)	—
Dividendos (R\$ 1.197,63 por ação)	—	—	—	—	(9.580)	(9.581)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	210.000	42.000	67.648	(52.228)	—	267.420

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	38.324	105.553
Outros lucros abrangentes	(59.614)	33.965
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(59.614)	33.965
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(99.356)	56.608
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	39.742	(22.643)
Total dos resultados abrangentes para o exercício	(21.290)	139.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto
(Em milhares de reais)

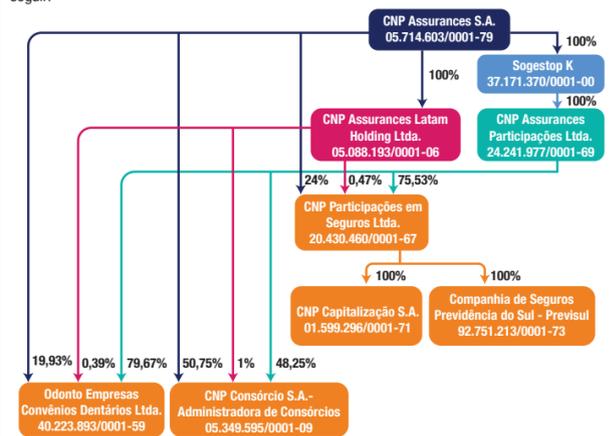
ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	38.324	105.553
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	642	659
Juros em passivos de arrendamento	—	10
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	1.176	—
Ajuste de prescrição e penalidades de títulos por resgate antecipado	(38.478)	(44.643)
Custos de aquisição diferidos	5.888	6.212
Variação de provisões técnicas	3.485	(803)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	518.948	598.935
Créditos fiscais e previdenciários	(1.975)	5.469
Ativo fiscal diferido	(43.196)	(1.708)
Depósitos judiciais e fiscais	(11.629)	(87.602)
Despesas antecipadas	(19.957)	(61)
Outros ativos	(20.415)	(1.335)
Impostos e contribuições	27.509	71.843
Outras contas a pagar	5.816	30.293
Débitos de operações com capitalização	214	(987)
Depósitos de terceiros	3.362	27
Provisões técnicas - capitalização	(289.748)	(717.815)
Provisões para contingências	9.520	79.875
Outros passivos	(220)	(168)
Caixa gerado pelas operações	189.266	43.755
Juros pagos	(4)	(5)
Imposto sobre o lucro pago	(60.312)	(43.382)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	128.950	768
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Pagamento pela Compra:	(11.237)	(455)
Intangível	(11.237)	(455)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(11.237)	(455)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Distribuição de dividendos	(120.000)	—
Pagamento de arrendamento	—	(25)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamentos	(120.000)	(25)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.275)	289
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.835	2.546
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	559	2.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A CNP Capitalização S.A. ("Companhia"), com sede SHN Quadra 1, conjunto A, Bloco E, Edifício Sede, Brasília - DF - CEP 70701-050, iniciou suas atividades em julho de 1997. Tem como controladora direta no Brasil a CNP Participações em Seguros Ltda. e tem por objetivo atuar no segmento de capitalização, mantendo, atualmente, a comercialização dos seguintes produtos:
• Pagamento mensal: Cap Vencedor
• Pagamento único: Cap Vencedor
• Pagamento único: Acoplados
• Pagamento único: Vintão da Sorte
A partir de 01/08/2021, a Companhia deixou de comercializar os produtos de capitalização na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal ("Balcão CAIXA"), em função da reestruturação da rede de distribuição da CAIXA. A Companhia auferirá receita até o fim da vigência dos contratos já firmados. Além disso, continuará comercializando seus produtos em outros canais de venda.
Atualmente a distribuição comercial ocorre da seguinte forma: o produto "Cap Vencedor" é comercializado em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios); o produto "Acoplados" em parceria com empresas de controle comum com a Companhia e o produto "Vintão da Sorte" em parceria com o Carrefour, sendo comercializado por meio do site do parceiro comercial.

1.1. Estrutura societária do Grupo CNP
A estrutura atual do Grupo CNP após a cisão ocorrida em 2022 é apresentada no organograma a seguir:



2. Resumo das políticas contábeis materiais
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. A Administração revisou e atualizou as informações divulgadas nesta nota, conforme aplicável, para garantir a adequação às normas vigentes.

2.1. Elaboração e apresentação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Comitê Executivo em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significante de mudança de valor justo.
2.4. Mudança nas políticas contábeis
A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Apesar de as alterações não terem resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.
As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Companhias a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações finance

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)

★ continuação

estabelecidas contratualmente, totalizando R\$ 30 milhões.
O diferimento do ativo intangível será realizado pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato, estipulado em 20 anos, a contar da data de início do uso pela exclusividade previsto para janeiro de 2025.
A política contábil adotada pela CNP para o reconhecimento e a mensuração do ativo intangível relacionado ao balcão do banco BRB, em conformidade com a legislação vigente, incluindo testes periódicos de recuperabilidade conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 01 (R1) e CPC 04 (R1).

2.12. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da venda de títulos de capitalização e os respectivos custos apropriados por meio da constituição de provisões técnicas são registrados no resultado da Companhia quando do efetivo recebimento.
Em relação aos títulos de pagamento único (PU), conforme previsto no inciso II, parágrafo 3º, art. 101º à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, a Companhia mantém o reconhecimento de suas correspondentes receitas conforme critérios, metodologias e premissas descritas em estudo técnico elaborado pela Companhia.

As receitas com planos de capitalização prescritos são reconhecidas após o período de prescrição, de acordo com a legislação brasileira, que é de 5 anos após esta data. Destacamos que mesmo a legislação informando o prazo de 5 anos, a CNP Capitalização aguarda o prazo de 6 anos para prescrição e ainda assim, caso o cliente questione o valor após esse prazo estendido, o valor é disponibilizado.
As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), variações de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) que são reconhecidos no resultado da Companhia, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR), perdas de crédito esperado reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado.
As participações nos lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.
A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas de 25% e 15% para IRPJ e CSLL respectivamente, para as adições e exclusões cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

2.14. Plano de previdência privada

A Companhia oferece aos seus empregados um plano de previdência complementar, nas modalidades PGBL e/ou VGBL, contratado junto à Caixa Vida e Previdência S.A. Esse plano tem como objetivo complementar a renda na aposentadoria e pode ser utilizado como uma forma de investimento de longo prazo, com benefícios adicionais opcionais.

Nos termos do regulamento do fundo, a Companhia contribui com percentuais variáveis entre 2% e 12% do salário contratual do empregado. Além disso, a Companhia pode contribuir com até 100% do valor das contribuições voluntárias realizadas pelos empregados, conforme critérios estabelecidos no regulamento.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$ 10 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 81).

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Companhia para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza sua melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.2. Estimativas de recuperação de créditos tributários

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

4. Gerenciamento de riscos

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Resolução CNSP nº 416/2021. A norma exige a implantação de estruturas de gestão de riscos e sistemas de controles, seguindo critérios mínimos específicos como designação de diretor estatutário responsável pelos controles internos. (*Chief Risk Officer*), responsável por desempenhar funções de caráter de monitoramento e controle (2º linha).

A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e reportados de modo unificado.
A Diretoria de Riscos e *Compliance* da CNP Seguradora foi criada em respeito à exigência normativa e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco.

As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e *Compliance* são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
- Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de *compliance*;
- Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais;
- Gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
- Implementar todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
- Elaborar, trimestralmente, o *dashboard* (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia; e
- Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.

No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e *Compliance* junto à estrutura de Governança organiza regularmente comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia) e de Riscos e *Compliance*.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas políticas e normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e a integridade, à prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independentemente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos pelo Canal de Denúncia, estes são analisados e tratados pela Diretoria de *Compliance* e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados e as devidas ações tomadas.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente *Compliance* e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, as questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, entre outros.

A Companhia também possui processos e normativos internos relacionados à temas de *Compliance*, Risco Operacional e Controles Internos, Riscos Técnicos e Financeiros e Segurança da Informação.

4.1. Estratégia de subscrição

A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabelece as condições dos produtos de Capitalização, em linha com as diretrizes estabelecidas pela Administração na forma de apetite a risco e objetivos estratégicos. Tais diretrizes permitem, através de um processo de tomada de decisão claro e partilhado, monitorar e gerir os riscos da Companhia.

4.2. Risco de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo.

A liquidez é monitorada através do modelo de gestão de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*). O ajuste nos prazos de vencimento das aplicações segundo a projeção de exigibilidade dos recursos é monitorado permanentemente, além da manutenção de um volume mínimo de caixa para atender as demandas recorrentes.

A Política de liquidez de ALM vigente determina um conjunto de estratégias e mecanismos de monitoramento dos indicadores dos riscos. Desta forma, a gestão do fluxo de caixa estabelece critérios para gerir a manutenção de recursos financeiros suficientes para cumprir todas as obrigações à medida de sua exigibilidade e um conjunto de controles, principalmente para atingir os limites técnicos, fazem parte da estratégia e dos procedimentos para situações de necessidade imediata de caixa.

No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois considera as projeções revisadas periodicamente dos fluxos de caixa dos passivos e ativos e seu casamento. Além disso, a carteira é constituída por ativos classificados nas categorias "valor justo por meio do resultado - VJR" ou "outros resultados abrangentes - VJORA", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

Os passivos financeiros de capitalização registrados até 1 ano também podem ser cobertos por recursos de aplicações financeiras, com vencimento superior a 1 ano, que possuem liquidez imediata.

4.3. Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais. Para assegurar a unicidade no processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Riscos e Controles Internos o mapeamento e monitoramento dos riscos operacionais, mediante o uso de ferramenta de gestão de riscos operacional, instituindo-se dispositivos de controle permanente.

Como atribuição, voltada à gestão dos riscos operacionais da Gerência de Riscos e Controles Internos deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Propor e/ou consolidar as políticas de riscos, políticas de controles internos e política de perdas operacionais, de governança de riscos e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Propor junto à Gerência de *Compliance* as políticas de conformidade, fraude e prevenção a lavagem de dinheiro;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Prover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os managers na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os gerentes responsáveis por cada área, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
- Buscar continuamente a constituição de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas, que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente, junto aos profissionais de *front office*.

4.4. Risco de mercado

4.4.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras, ativa e passiva de uma Companhia. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

4.4.2. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela SUSEP, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Intervalo de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA.

O *Value-at-Risk* da carteira de investimentos da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 7.550 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.427).

Esse valor representa a perda máxima das aplicações financeiras da Companhia para o horizonte de tempo de um dia e intervalo de confiança de 99%.

4.4.3. Atribuições relacionadas ao monitoramento de risco

Cabe ao administrador da carteira dos ativos:

- Definir as políticas e metodologias de precificação, de gestão de risco de mercado e de medição de performance para os Fundos e Carteiras dos Clientes;
- Fornecer os preços e taxas de operações marcadas a mercado dos Fundos, conforme regras preestabelecidas;
- Acompanhar diariamente os limites de risco de cada Fundo, verificando seu enquadramento;
- Produzir os relatórios de risco de mercado da Companhia, diários (simplificados) e mensais (completo), contendo informações sobre o nível de exposição dos fundos de investimentos e carteiras consolidadas em relação a diversos fatores de risco (VaR) e de análise de perdas e ganhos (*Stress Analysis*); e
- Verificar o atendimento à legislação vigente e aos mandatos estabelecidos pela Companhia.

Cabe à Área de Controle de Risco da Companhia:

- Avaliar e definir os limites de investimentos para cada categoria (títulos públicos, títulos privados, ações);

- Informar aos Gestores, os limites de alocação por ativo e os limites de VaR;
- Solicitar aos Gestores, em caso de desenquadramento, o reequilíbrio dos fundos;
- Atualizar os limites de risco semestralmente ou em caso de mudança da taxa SELIC;

4.5. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito em instrumentos financeiros (os *ratings* são obtidos com base nas agências avaliadoras de riscos que são *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*). É utilizado o menor *rating* disponível entre essas três agências:

	31/12/2024	31/12/2023
BB (I)		Total
484.310	484.310	224.156
484.310	484.310	224.156
1.487.085	1.487.085	2.325.801
Letras financeiras do tesouro	35.753	824.883
Letras do tesouro nacional	887.848	389.776
Notas do tesouro nacional	563.484	1.111.142
Exposição máxima ao risco de crédito	1.971.395	2.552.553

(I) Para a classificação, foi considerado o *rating* internacional, que, de acordo com as agências classificadoras, está avaliado como BB.

5. Instrumentos financeiros

5.1. Resumo da classificação das aplicações

Os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos exclusivos estão sendo apresentados em conjunto com os títulos de propriedade direta da Companhia. Os valores a receber, a pagar e de tesouraria desses fundos estão apresentados em outros valores.

	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	
	Valor do	Valor do	Sem	Entre 01 e	
	Justo (I)	Justo (I)	Vencimento	Acima de	
	Atualizado	Atualizado	Até 01 ano	5 anos	
				5 anos	
				Percentual	
Valor justo por meio do resultado - VJR	484.310	484.274	403.253	70.419	24,57%
Fundos de investimento	413.903	413.903	224.156	224.156	21,00%
Debêntures	36.902	37.047	—	36.902	1,87%
Letras financeiras	9.599	9.418	—	9.599	0,49%
Nota comercial escritural	82	82	—	82	—
Operações compromissadas	23.836	23.836	—	23.836	1,21%
Outros valores	(12)	(12)	(12)	—	—
Outros resultados abrangentes - VJORA	1.487.085	1.574.132	2.325.801	2.313.492	75,43%
Letras financeiras do tesouro	35.753	35.755	824.883	824.984	1,81%
Letras do tesouro nacional	887.848	927.904	389.776	389.272	45,04%
Notas do tesouro nacional	563.484	610.473	1.111.142	1.099.236	28,58%
Total	1.971.395	2.058.406	2.549.957	2.537.648	100%

(I) O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor justo.

5.2. Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Fundos	224.156	897.973	(660.990)	23.171	—	484.310
Letras financeiras do tesouro	413.903	256.577	(1.069.307)	23.321	99	35.753
Letras do tesouro nacional	389.776	1.486.221	(1.018.123)	70.535	(40.561)	887.848
Notas do tesouro nacional	1.111.142	581.236	(1.170.477)	100.477	(58.894)	563.484
Total	2.549.957	3.222.187	(3.918.897)	217.504	(99.356)	1.971.395

	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao valor justo	Saldo final
Fundos	1.104.878	930.206	(1.859.856)	48.927	—	224.155
Letras financeiras do tesouro	—	1.123.068	(309.152)	11.067	(101)	824.882
Letras do tesouro nacional	2.130.299	2.010.049	(4.015.166)	225.577	39.018	389.777
Notas do tesouro nacional	(142.893)	2.006.048	(798.776)	29.673	17.691	1.111.143
Total	3.092.284	6.069.371	(6.982.950)	314.644	56.608	2.549.957

5.3. Hierarquia do valor justo

a. Abertura por nível hierárquico

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31/12/2024	31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Total
Fundos de investimento	413.903	—	413.903	224.156	224.156
Debêntures	36.902	—	36.902	—	—
Letras financeiras	—	9.599	9.599	—	—
Nota comercial escritural	82	—	82	—	—
Operações compromissadas	—	23.836	23.836	—	—
Outros	(12)	—	(12)	—	—
Valor justo por meio do resultado - VJR	450.875	33.435	484.310	224.156	224.156
Letras financeiras do tesouro	35.753	—	35.753	824.883	824.883
Letras do tesouro nacional	887.848	—	887.848	389.776	389.776
Notas do tesouro nacional	563.484	—	563.484	1.111.142	1.111.142
Outros resultados abrangentes - VJORA	1.487.085	—	1.487.085	2.325.801	2.325.801

5.4. Análise de sensibilidade das taxas de juros

5.4.1. Carteira de ativos

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *basic point* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	61	9
Curva de deságio de LFT	—	(3.334)
Curva de juros Pré	7.486	(15.322)
Total	7.550	(15.656)

5.5. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimentos da Companhia dos títulos possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	31/12/2024	31/12/2023
Letras financeiras do tesouro	Pós 0,003758% a 0,11%	Pós 0,000% a 0,11%
Letras do tesouro nacional	Pré 10,19% a 12,719%	Pré 11,68%
Notas do tesouro nacional	Pré 10,08% a 11,26%	Pré 10,96% a 11,26%

6. Títulos e créditos a receber

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

★ continuação

9. Detalhamento dos principais grupos de contas a pagar

9.1. Obrigações a pagar
A composição de obrigações a pagar, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	20.080	157
Dividendos	9.580	26.388
Honorários e remunerações a pagar	52	237
Obrigações a pagar - Caixa Seguradora Holding (i)	-	41.440
Obrigações a pagar - Previsul (ii)	11.676	147
Outras obrigações a pagar	-	174
Total	41.388	68.543

(i) A expressiva redução se deve à quitação e ao encerramento do consumo de serviços da Caixa Seguradora Holding. Além disso, em 2024, a CNP Capitalização passou a consumir serviços da Previsul, o que resultou no aumento das obrigações a pagar relacionadas a essa empresa;

(ii) Refere-se ao contrato de cost-sharing.

9.2. Impostos e contribuições
A composição de impostos e contribuições, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL	27.826	12.858
PIS e COFINS	291	291
Total	28.117	13.149

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL	66.659	45.589
PIS e COFINS	232	232
Total	66.891	45.821

9.3. Outras contas a pagar
A composição de outras contas a pagar, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a pagar (i)	20.938	4.820
Fornecedores	17	17
Outras obrigações a pagar	285	240
Total	21.240	5.077

(i) Refere-se, substancialmente, a contas a pagar de fornecedores em aberto, sendo que o pagamento é finalizado no início do mês subsequente.

9.4. Débitos operacionais
A composição de débitos operacionais, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Mensalidades a devolver	1.151	1.147
Comissões a pagar	9.993	9.974
Comissão - Uso balcão	198	7
Total	11.342	11.128

10. Depósitos de terceiros
Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalização que estão em processo de quitação.

A composição da conta de depósitos de terceiros, por data de pendência, é a seguinte:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total	Depósito de terceiros	Outros depósitos	Total
De 1 a 30 dias	2.141	1.525	3.666	136	-	136
De 31 a 60 dias	1	-	1	7	-	7
De 61 a 120 dias	5	-	5	7	-	7
De 121 a 180 dias	3	-	3	17	-	17
De 181 a 365 dias	42	-	42	45	-	45
Acima de 365 dias	56	-	56	91	113	204
Total	2.248	1.525	3.773	298	113	411

11. Depósitos judiciais e fiscais, passivos contingentes e obrigações fiscais

A composição está demonstrada a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões judiciais	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contingências cíveis	111	60	644	757
Contingências trabalhistas	343	343	-	350
Contingências fiscais	4.852	4.636	-	-
Obrigações legais - fiscal	217.907	206.545	189.086	179.103
Total	223.213	211.584	189.730	180.210

a. Provisões judiciais cíveis
As contingências cíveis referem-se, basicamente, a:

(i) questões relativas a sorteios e;

(ii) questões relativas ao valor de resgates e devoluções.

b. Provisões judiciais fiscais
A Companhia possui discussões tributárias nas esferas judicial e administrativa, e classifica a probabilidade de perda destas ações em provável, possível e remota, para fins de determinação de risco e provisionamento.

As discussões judiciais envolvendo obrigações legais são integralmente provisionadas e, atualmente, referem-se, substancialmente, a discussões de:

(i) Incidência de PIS/COFINS sobre venda de bens e serviços e compensação do indébito de 02/1999 a 06/2007. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 135.472 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 129.080), classificado como perda provável. Para garantia da referida discussão, há depósito judicial correspondente ao valor de R\$ 164.294.

(ii) Majoração da alíquota de CSLL de 15% para 20%, conforme previsto na Lei nº 13.169/15. O risco para 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 53.613 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 50.023), classificado como perda provável. Para garantia da referida discussão, há depósito judicial correspondente ao valor de R\$ 53.613.

Além dos saldos acima, a Companhia possui ações no polo ativo, que em caso de êxito da causa os valores recolhidos poderão ser revertidos para a Companhia, passando ter o direito de recuperação dos respectivos valores:

(i) Declaração - PIS e COFINS - Lei 9.718/98

Pedido: Desobrigação do pagamento de PIS/COFINS com base no faturamento - compensação de indébito. O risco para 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 19.297 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 19.297); classificado como possibilidade de compensação possível.

(ii) Mandado de Segurança

Pedido: Exclusão da SELIC que incide sobre os indébitos tributários dos contribuintes da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O risco para 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.162 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.188), classificado como possibilidade de compensação possível.

O processo em questão visa ao afastamento da tributação pelo IRPJ e pela CSLL dos juros SELIC e correções incidentes sobre os tributos indevidos recuperados junto à União Federal, por meio de processos administrativos ou judiciais sobre os depósitos judiciais, alegando-se - em suma - que a integração de tal indexador não denotaria ganho tributável, por seu perfil indenizatório.

11.1. Segregação em função da probabilidade de perda

	31/12/2024			
	Quantidade	Remota	Possível	Provável
Cíveis	175	932	321	644
Trabalhistas	10	82	173	-
Natureza fiscal - Obrigações legais	2	-	-	189.086
Natureza fiscal - Contingências	4	-	1.922	-
Total	191	1.014	2.416	189.730

	31/12/2023			
	Quantidade	Remota	Possível	Provável
Cíveis	284	1.167	439	757
Trabalhistas	52	1.476	1.019	350
Natureza fiscal - Obrigações legais	3	-	-	179.103
Natureza fiscal - Contingências	4	-	1.921	-
Total	343	2.643	3.379	180.210

11.2. Movimentação das contingências

	Saldo				Atualizações e juros	Saldo 31/12/2024
	01/01/2024	Adições	Reversões	Pagamentos		
Contingências cíveis	757	647	(526)	(367)	133	644
Contingências trabalhistas	350	-	(367)	-	17	-
Natureza fiscal - Obrigações legais	179.103	-	-	(9)	9.992	189.086
Total	180.210	647	(893)	(376)	10.142	189.730

	Saldo				Atualizações e juros	Saldo 31/12/2023
	01/01/2023	Adições	Reversões	Pagamentos		
Contingências cíveis	1.465	157	(1.044)	(54)	233	757
Contingências trabalhistas	314	-	-	-	36	350
Natureza fiscal - Obrigações legais	98.556	-	-	-	80.547	179.103
Total	100.335	157	(1.044)	(54)	80.816	180.210

12. Provisões técnicas

Apresentamos abaixo a posição patrimonial das provisões técnicas de capitalização:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para resgates	1.729.115	2.060.147
Provisão para sorteio	23.191	20.385
Provisão administrativa	-	15.274
Provisão de receitas diferidas	21.042	-
Total	1.773.348	2.095.806

12.1. Abertura e movimentação das provisões técnicas

	Provisões				Demais provisões (i)	Total
	Matemática	De resgates	Sorteios a realizar	Sorteios a pagar		
Saldos em 01/01/2024	1.416.614	643.533	13.383	7.002	15.274	2.095.806
Constituição de provisão	270.006	-	10.208	14.812	221.403	516.429
Cancelamento de títulos/reversão provisão	(899)	(983)	(10.596)	-	(215.635)	(228.113)
Encargos financeiros sobre provisões	54.624	5.746	450	78	-	60.898
Solicitações de resgates antecipados	(242.425)	242.425	-	-	-	-
Prescrição de títulos	-	(29.448)	-	(368)	-	(29.816)
Vencimento de títulos	(479.093)	479.093	-	-	-	-
Reativação de títulos	2.179	(2.147)	-	-	-	32
Pagamentos efetuados	-	(621.448)	-	(11.778)	-	(633.226)
Outras movimentações de provisões	-	(8.662)	-	-	-	(8.662)
Saldos em 31/12/2024	1.021.006	708.109	13.445	9.746	21.042	1.773.348

	Provisões				Demais provisões (i)	Total
	Matemática	De resgates	Sorteios a realizar	Sorteios a pagar		
Saldos em 01/01/2023	2.199.641	613.590	22.677	7.083	16.077	2.859.068
Constituição de provisão	527.660	-	16.798	25.678	192.277	762.413
Cancelamento de títulos/reversão provisão	(355)	(1.338)	(26.639)	-	(193.080)	(221.412)
Encargos financeiros sobre provisões	113.438	10.979	547	138	-	125.102
Solicitações de resgates antecipados	(391.977)	391.977	-	-	-	-
Prescrição de títulos	-	(28.120)	-	(277)	-	(28.397)
Vencimento de títulos	(1.034.423)	1.034.423	-	-	-	-
Reativação de títulos	2.630	(2.630)	-	-	-	-
Pagamentos efetuados	-	(1.359.436)	-	(25.620)	-	(1.385.056)
Outras movimentações de provisões	-	(15.912)	-	-	-	(15.912)
Saldos em 31/12/2023	1.416.614	643.533	13.383	7.002	15.274	2.095.806

(i) Contempla o saldo de variação de provisão de receita diferida em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

12.1.1. Provisão de receita diferida
A Circular nº 678/22, que entrou em vigor em 02 de janeiro de 2024, altera a Provisão para despesas administrativas (PDA) para Provisão de receitas diferidas (PRD), que deve ser constituída para o diferimento de receitas dos títulos pelas sociedades de Capitalização. A Administração realizou a revisão da metodologia de cálculo da PRD e observou a necessidade de ajustar os saldos iniciais em 01 de janeiro 2024 com a constituição de R\$ 17.588 de PRD e uma reversão do saldo da PDA de R\$ 15.274, levando a um impacto de R\$ 2.284 em reservas de lucros.

12.2. Garantia das provisões técnicas
A composição da garantia das provisões técnicas é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas	1.773.348	2.095.806
Total a ser coberto	1.773.348	2.095.806
Total dos ativos garantidores:	1.971.154	2.549.957
Títulos da dívida pública	1.487.085	2.325.801
Quotas de outros fundos financeiros	484.069	224.156
Suficiência de cobertura	197.806	454.151
Suficiência de Ativos Garantidores (%)	11,15%	21,67%

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 210.000, representado por 8.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

13.2. Gestão de Capital
O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

13.3. Reservas de lucros

a. Reserva legal - é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital. O saldo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 42.000.

b. Reserva de lucros - é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido do exercício após considerar o dividendo mínimo e a reserva legal. A Assembleia Geral Ordinária pode deliberar sobre a utilização desta reserva para futuro aumento de capital, reinvestimento nas operações da Companhia ou para distribuição complementar de dividendos. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 67.648 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 134.800).

13.4. Dividendos
Aos acionistas, é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto no Estatuto, de 25% sobre o lucro líquido do exercício, sendo que esses valores não são atualizados monetariamente, cujos montantes são provisionados no final do exercício corrente.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do período	38.324	105.553
Base de cálculo de dividendos	38.324	105.553
Dividendo mínimo - 25%	9.580	26.388
Dividendos Propostos	9.580	26.388
Total provisionado de dividendos propostos	9.580	26.388

14. Patrimônio Líquido Ajustado e Adequação de Capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as Entidades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido - CMR, equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional, e mercado e a correlação entre os riscos, como demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	267.420	394.186
Ajustes contábeis	(101.866)	(31.791)
(-) Despesas antecipadas	(124)	(167)
(-) Créditos tributários de dif. Temporárias que excedem 15% do CMR	(60.465)	(23.815)
(-) Ativos intangíveis	(40.575)	(1.152)
(-) Obras de arte	(4)	(4)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG (-)	(698)	(6.586)
(-) PLA Nível 3 - (C)	8.128	6.440
PLA Nível 1 - (A)	157.426	355.955
Ajustes Associados à variação dos valores econômicos (i)	15.414	27.227
PLA Nível 2 - (B)	15.414	27.227
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	8.128	6.440
PLA Nível 3 - (C)	8.128	6.440
PLA Nível 3 - 15% do CMR	-	(12.200)
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3 - (D)	-	(12.200)
Patrimônio líquido ajustado total (A) + (B) + (C) + (D)	180.968	377.422

Capital base

Capital de risco de crédito

Capital de risco de subscrição

Capital de risco de mercado

Capital de risco

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

★ continuação

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário, instalado na CNP Participações em Seguros Ltda. e com atuação sobre as suas controladas, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul e CNP Capitalização S.A., reportando-se diretamente à Reunião de Sócios da Sociedade. É constituído provisoriamente por 02 (dois) membros (até que o terceiro seja devidamente indicado) eleitos pela Reunião de Sócios, para um mandato de 5 (cinco) anos.

Principais Atividades
O Comitê realizou reuniões com a participação de executivos das empresas da CNP Seguradora, dos representantes das empresas de auditoria independente (contábil e atuarial) e das áreas de auditoria interna, riscos, controles internos e compliance, jurídico e governança corporativa, ouvidoria, regulatório e financeiro. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo COAUD e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

O Comitê acompanhou os procedimentos de preparação e revisão das demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração, assim como o relatório dos auditores independentes,

relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, das duas empresas.

Conclusões

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;
- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG e PWC indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;
- Considerou os relatórios e as informações fornecidos pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativos da efetividade dos seus trabalhos;
- Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio;
- Constatou que as práticas contábeis utilizadas pelas empresas na elaboração das Demonstrações Financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais de contabilidade, a legislação societária

brasileira e as demais normas aplicáveis; e,

- Constatou que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2024 foram elaborados em conformidade a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis.

Considerando todo o exposto, o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Roberto Westenberger
Coordenador Interino do Comitê de Auditoria
Manuel Luiz da Silva Araújo
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas

CNP Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **CNP Capitalização S.A.** (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "Itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja

planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **CNP Capitalização S.A.** (em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalberto Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

CNP Capitalização S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CNP Capitalização S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CNP Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação do nosso opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das Provisões para resgates

Principal assunto de auditoria

Como auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.7 e 12, a Companhia possui registrado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, provisões para resgates que são mensuradas conforme metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Consideramos as provisões para resgates como um principal assunto de auditoria dada a relevância dos valores envolvidos perante as demonstrações financeiras.

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

- Entendimento do processo de mensuração das provisões para resgates, compreendendo: (i) parametrização do cálculo da provisão no sistema operacional de acordo com as condições gerais do produto; (ii) processo de aprovação e liquidação financeira dos resgates; e (iii) precisão dos dados dos títulos de capitalização que foram utilizados no cálculo da provisão para resgates;
- testes, com base em amostragem, da existência e precisão dos valores pagos de resgates, bem como dos valores arrecadados, com os respectivos comprovantes de liquidação financeira;
- avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
2SP-027685/0-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC 1SP - 246031/O-8